

MAZEL, Florian (2016). *L'évêque et le territoire: l'invention médiévale de l'espace (V^e-XIII^e siècle)*. Paris: Seuil, 544 pp., ISBN 978-2-02-118310-8.

O papel da Igreja Católica tardo-antiga como conservadora de uma estrutura territorial em que assentou a construção do espaço europeu tem sido analisado por vários historiadores, desde o século XVIII, e continua a interessar a historiografia contemporânea, ao mesmo tempo que se abre a novas problematizações. Publicada em março de 2016, a obra de Florian Mazel surge como um dos mais recentes contributos para esse debate científico. Nela, o binómio poder episcopal e território diocesano é alvo de uma pormenorizada investigação que nos permite compreender a evolução do conceito de território, pelo prisma da hierarquia da Igreja, e as consequências dessa evolução na vivência sociológica do espaço. Esta obra faz assim a história do controlo do território por parte da Igreja, integrando-o nas conjunturas de transformação política e de governação do Sacro-Império, dos reinos francos e de algumas cidades da Península Itálica.

O livro, de cerca de 550 páginas, divide-se em cinco capítulos: 1. *L'évêché-cité (V^e-XI^e siècle)*; 2. *Au-delà de la cité (V^e-XI^e siècle)*; 3. *La «paroisse» de l'évêque: un espace plastique (V^e-XI^e siècle)*; 4. *La fabrique du diocèse: genèse d'un territoire (X^e-XIII^e siècle)*; 5. *L'Église institution territoriale (XII^e-début XIV^e siècle)*. Tratando-se de um autor destacado pelos seus estudos sobre o feudalismo, os senhorios eclesiásticos franceses e a Reforma Gregoriana, neste livro Florian Mazel analisa a compreensão do espaço diocesano e a sua relação com o seu senhor eclesiástico, em dois momentos cronológicos distintos demarcados pelo processo da Reforma Gregoriana.

Através de uma expressão escrita de fácil apreensão, o autor segue uma metodologia coerente em que, à enunciação do tema e da tese que pretende defender, se seguem numerosos exemplos, escolhidos com base num quadro geográfico largo que parte das regiões da Provença, de Anjou e do Maine – para as quais reuniu o maior conjunto de fontes – passando mais pontualmente para outras regiões francesas, italianas, alemãs e, muito raramente, espanholas e inglesas. A leitura é facilitada pela apresentação oportuna de 31 mapas e 9 imagens, que correspondem a quadros e esquemas interpretativos de dados fundamentais para a compreensão da ação da Igreja a nível local e regional – tais como a realização de sínodos, a promulgação de privilégios episcopais aos mosteiros das respetivas dioceses, a determinação de valores e de registos referentes à recolha de impostos diocesanos, etc.

A investigação assenta num vasto e complexo conjunto de fontes de tipologias e proveniências diversificadas: fontes normativas, como os cânones conciliares e os estatutos sinodais; diplomáticas, das quais se destacam cartulários de catedrais e abadias, bem como compilações de documentos imperiais, régios e senhoriais dos atuais espaços francês, inglês, italiano e alemão; epistolares, de origem pontifícia, episcopal e régia; hagiográficas; narrativas, como os anais, as gestas e as crónicas do espaço centro-europeu; administrativas e fiscais, produzidas sobretudo a nível provincial.

Das linhas de força que se destacam nesta obra, sublinhe-se a problematização da antiga tese que considera a Igreja como instituição continuadora das estruturas territoriais do Império Romano. A discussão sobre a diocese enquanto território herdeiro da *civitas* romana ocupa parte desta obra que, sem desprezar a validade dos argumentos historiográficos que a fundamentaram, acaba por demonstrar o seu carácter frágil e genérico, porquanto assente na secundarização dos aspetos relacionados com a vivência dos territórios – “la thèse de la continuité territoriale repose implicitement sur un postulat niant le fait que toute structure institutionnelle dépend de la société qui la génère, la perpétue, la transforme ou la délaisse” (p. 172).

Neste trabalho, demonstra-se a falta de coesão dos territórios diocesanos da Alta Idade Média e a sua reconstituição enquanto espaços administrativos e religiosos próprios, a partir do arranque da Reforma Gregoriana (séculos XII e XIII), com o ressurgimento e a aplicação mais sistemática do direito romano – processo que reforçará, simultaneamente, a autoridade e prestígio dos bispos. Para a análise deste processo, invocam-se exemplos de controlo por parte dos prelados de igrejas (através da aquisição de templos e do controlo das doações), de sacerdotes (por via da confirmação das apresentações e de uma ritualização crescente das investiduras), dos mosteiros (pela imposição da mediação episcopal obrigatória). Evidencia-se também o papel da paróquia enquanto unidade territorial mais pequena e fácil de circunscrever para a configuração e delimitação final da diocese. A compreensão da territorialização do espaço diocesano e da consagração dos bispos como senhores dos respetivos territórios é veiculada através de uma análise complexa e multifacetada, assente na convergência de conhecimentos sobre história política, história social e jurídica da Igreja, bem como sobre história da língua e lexicologia.

Ora, depois de explicadas as fragilidades da noção territorial de diocese entre os séculos V a XI e de se detalhar o seu processo de territorialização entre os séculos X a XIII, Florian Mazel dedica o quinto e último capítulo do livro ao surgimento de uma nova forma de governo da Igreja, entre o século XII e o princípio do XIV. Aqui, caracteriza o controlo dos bispos sobre os seus ter-

ritórios através da subdivisão territorial (de que são exemplo os arcediagados) e da aplicação mais rigorosa da fiscalidade episcopal. Sublinha, neste caso, a função da prática das visitas, das reuniões sinodais, bem como da vigilância do pagamento dos tributos episcopais através da elaboração de listas de igrejas – instrumentos da administração episcopal extraordinariamente relevantes para a perceção e controlo do território. Termina demonstrando *l'invention de l'Église catholique romaine*, uma estrutura de poder (cada vez mais centralizado e burocratizado), controlada hierarquicamente, em que o papa é chamado a mediar e decidir conflitos e no interior da qual os principais dignitários passam agora a viajar frequentemente para e a partir de Roma.

Assente num modelo ensaístico e de síntese, este livro é relevante pela forma como analisa os efeitos das transformações implementadas pela Reforma Gregoriana em diferentes espaços da Cristandade e pelo detalhe com que os diversos temas são abordados, numa cronologia de longa duração. Ao enfatizar o papel do conhecimento e dos homens da Igreja junto das instituições do governo civil e dos monarcas, esclarece-nos globalmente sobre a construção dos Estados europeus – tema que tem merecido o olhar atento da historiografia portuguesa contemporânea e de projetos de investigação recentes.

Deste modo, a obra de que sumariamente se dá conta nesta recensão impõe-se como obrigatória para a compreensão da Europa medieval. No entanto, é de lamentar a pouca atenção dada à Igreja da Península Ibérica, uma vez que esta não é invocada senão para ilustrar a dificuldade de delimitação das dioceses (e os conflitos daí decorrentes), no processo da conquista cristã dos séculos XI e XII. Da numerosa bibliografia sobre as especificidades da Península, reconquistada num período em grande medida coincidente com o processo desta Reforma, não é citado mais do que um único estudo de Reglero de La Fuente. Com efeito, se é compreensível que a investigação enfoque principalmente o espaço da Europa central, isso não deixa de ser uma limitação para uma obra que, na introdução, apresenta pistas de leitura para o território correspondente ao antigo Império Romano do Ocidente.

Em todo o caso, esta circunstância deixa em suspenso linhas de investigação que, a aplicar de futuro numa escala geográfica e cronológica mais restrita, permitirão aprofundar o estudo das Igrejas nacionais, transformando-se assim – também ela – numa mais-valia.

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS
CHSC – UC; CIDEHUS – UÉ
melicampos@gmail.com